



PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM – GRADUAÇÃO EM DIREITO

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Carga horaria: 60 horas - Estrutura curricular 2021 - 3º Período

EMENTA

Introdução à Teoria Geral do Processo. Grupo social, conflito de interesses, a lide. Formas de resolução de conflitos: Autodefesa/autotutela, autocomposição e processo. Direito Material e Direito Processual. Lei processual: fontes, eficácia, interpretação e evolução histórica. Princípios gerais. Jurisdição: conceito, espécies, limites. Poder Judiciário: funções, estrutura, órgãos. Organização Judiciária: noção, conteúdo e competência legislativa. STF. Organização judiciária federal e estadual. Serviços auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advogado.

Competência: conceito, classificação, critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Ação, natureza jurídica e classificação. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Processo de conhecimento, de execução e tutelas provisórias. Fundamento do Direito de defesa. Atos processuais: conceito, classificação e forma. Nulidades processuais. Prova: conceito, discriminação, ônus e valoração.

OBJETIVO GERAL

Fomentar o raciocínio crítico sobre o processo constitucionalizado, de modo que o discente entenda a relevância do processo como método e/ou instrumento da Jurisdição para realização do direito concreto e como solução pacífica dos conflitos, sendo parâmetro da nova sistemática processual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a função moderna do Estado-juiz na prestação jurisdicional de resolução de conflitos e intervenção quando necessária.

Conhecer a trilogia (ou tetralogia) processual: jurisdição, ação, processo (e defesa pela CF/1988).

Diferenciar os processos civil, penal e trabalhista do direito material.

Compreender as fontes e a eficácia da lei processual no espaço e no tempo.

Conhecer a principiologia processual na CF/1988 e no CPC/2015, sua importância na interpretação e aplicação da norma jurídica.

Distinguir os conceitos de jurisdição e a organização judiciária a partir da construção da



CESV

• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •

CF/1988.

Identificar os órgãos do Poder Judiciário, suas diversas competências e seu modo de atuação.

Distinguir ação e processo pelas suas teorias e pressupostos, bem como suas garantias constitucionais.

Diferenciar processo e procedimento(s).

Conhecer os critérios para determinação das competências jurisdicionais.

Diferenciar as tutelas jurisdicionais postuladas pelo direito de ação.

Identificar os atos processuais praticados pelos principais atores da relação jurídica processual e suas nulidades.

Resolver os estudos de casos propostos com apoio da doutrina e da jurisprudência atual com reflexão crítica, observando as matrizes do MEC – ENADE – OAB de acordo com o sistema jurídico normativo.

CONTEÚDOS

UNIDADE 1 - NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PROCESSUAL E FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 1.1 Panorama histórico das formas de solução de conflitos. Grupo social. Conflito de interesses. LIDE. Autocomposição e Arbitragem (facultativa, obrigatória e na atualidade). Acesso à justiça (pública) constitucional e o CPC/2015
- 1.2 Elementos estruturais processuais: AÇÃO, JURISDIÇÃO, PROCESSO E DEFESA (noções gerais). Direito Material e Direito Processual.
- 1.3 Definição de direito processual. Autonomia e instrumentalidade do processo
- 1.4 Finalidade do Direito Processual Civil, Processual Penal e do Trabalho
- 1.5 Ramos do direito processual (penal e civil) e relações do Direito Processual com outros ramos do Direito
- 1.6 A busca da efetividade da tutela estatal. Novos rumos do Direito Processual: substitutivos da Jurisdição ou equivalentes jurisdicionais: meios alternativos de solução de conflitos (autocomposição, arbitragem, mediação e o sistema dos juizados especiais).

UNIDADE 2 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL E LEIS PROCESSUAIS

- 2.1 Fontes do Direito Processual
- 2.2 Leis processuais: sua eficácia e sua natureza formal
- 2.3 Leis processuais no tempo e no espaço
- 2.4 Interpretação das leis processuais (métodos: gramatical, lógico, sistemático, histórico-sociológico, teleológico, axiológico).

UNIDADE 3 - PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL

- 3.1 Noções do princípio informativo basilar: devido processo legal
- 3.2 Alguns princípios específicos do processo (constitucionais e processuais)



UNIDADE 4 – DA JURISDIÇÃO

- 4.1 As funções do Estado e a função jurisdicional
- 4.2 Conceito e características essenciais
- 4.3 Princípios da Jurisdição
- 4.4 Poderes e limites da Jurisdição
- 4.5 Espécies ou classificação de Jurisdição

UNIDADE 5 – DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 5.1 Estrutura da justiça brasileira. O duplo grau de jurisdição
- 5.2 Os órgãos de jurisdição ordinária e extraordinária. STF. Organização judiciária federal e estadual.
- 5.3 Órgãos do Poder Judiciário brasileiro
- 5.4 Organização da Justiça Estadual – Lei de Organização Judiciária
- 5.5 Serviços auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advogado.

UNIDADE 6 – DA COMPETÊNCIA

- 6.1 Conceito. Soberania e Jurisdição. Jurisdição e competência.
- 6.2 Competência (ou Cooperação) Internacional e Competência Interna (CPC/2015).
- 6.3 Critérios determinativos para fixação. Teoria de Giuseppe Chiovenda
- 6.4 Competência absoluta e competência relativa
- 6.6 Competência originária e recursal
- 6.7 Causas de modificação de competência
- 6.8 Conflito de competência
- 6.9 Estabilização da competência - Princípio da *Perpetuatio Jurisdictionis*

UNIDADE 7 – DA AÇÃO

- 7.1 Teorias sobre seu conceito e sua natureza jurídica
- 7.2 As antigas condições da ação e as alterações do NCPC
- 7.3 Elementos identificadores da ação
- 7.4 Desdobramentos dos elementos identificadores (litispendência, conexão, continência, coisa julgada, perempção).
- 7.5 Classificação das ações conforme o tipo de tutela jurisdicional pleiteada

UNIDADE 8 – DO PROCESSO

- 8.1 Teorias sobre seu conceito e sua natureza jurídica
- 8.2 Diferenças entre processo e procedimentos e a competência para legislar sobre a matéria
- 8.3 Espécies ou tipos (didáticos) de processos
- 8.4 A relação jurídica processual (sujeitos do processo)
- 8.5 Pressupostos processuais.



8.6 Fundamento do Direito de defesa.

UNIDADE 9 – DOS ATOS PROCESSUAIS

9.1 Distinção entre fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico. Atos processuais

9.2 Classificação dos atos processuais

9.3 Forma, tempo e lugar dos atos processuais

9.4 Comunicação dos atos processuais

9.4 Atos processuais no processo eletrônico – Lei 11.419/06

UNIDADE 10 – DAS NULIDADES PROCESSUAIS

10.1 Conceito de nulidade. Nulidade do processo e nulidade do ato processual

10.2 Decretação de nulidade. Efeitos

10.3 Atos inexistentes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aula expositiva e dialogada

Estudos de casos e exercícios

Estudos de texto, artigos e/ou jurisprudências pertinentes

Dinâmicas e trabalhos em grupo

Pesquisas descritivas e teóricas, entre outros.

ATIVIDADES DISCENTES

Leitura e análise crítica de textos indicados pelo professor

Atividades escritas

Pesquisas jurisprudenciais

Análise e solução de casos simulados e possíveis casos reais

Realização de atividades, exercícios e avaliações

Cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega de atividades acadêmicas

RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização de plataforma virtual determinada pela Instituição.

Utilização de outros recursos virtuais e de mídias para as aulas presenciais ou remotas.

Utilização do quadro quando de aulas presenciais.

Utilização de livros, apostilas, textos avulsos, imagens. Data show quando de aulas presenciais.

Peças jurídicas Jurisprudências.

Reportagens das mídias em geral, entre outros.

AVALIAÇÃO



CESV

• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •

Os alunos serão avaliados por meio de provas escritas e trabalhos, denominadas **AV1**, **AV2** e **AV3**, sendo considerada a média das duas melhores notas e descartada do cômputo a menor nota entre as 3 (três) avaliações.

Observada a média de 6,0 (seis) pontos para aprovação.

As avaliações denominadas Av1, Av2 e Av3 terão pontuação total de 10 (dez) pontos cada, distribuídas da seguinte forma:

AV1: prova avaliativa, valendo (oito) pontos, e trabalho avaliativo valendo 2 (dois) pontos, conforme abaixo.

AV2: prova avaliativa, valendo 10 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas, sem consulta, com conteúdo ministrado até o então;

AV3: prova avaliativa, valendo 10 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas, contemplando todo o conteúdo do semestre.

Abrangência da avaliação: **Av1** – Matéria do primeiro bimestre, **Av2** – acrescida da matéria do segundo bimestre e **Av3** – matéria do primeiro e segundo bimestres, ou seja, a matéria toda do semestre.

Considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que obtiver a média final inferior a **6 (seis)** pontos.

Ainda, considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas para a disciplina, ressalvado o disposto no § 1º do art. 92 do Regimento Interno da IES.

Para a avaliação da atividade acadêmica – trabalho – referente aos dois pontos na avaliação Av1, será passado trabalho que contemple conteúdo pertinente ao plano de ensino.

Para a avaliação da atividade acadêmica – trabalho – referente aos dois pontos na avaliação Av1, será passado trabalho que contemple conteúdo pertinente ao plano de ensino e para a Av2, será necessário relatar um processo de autos findos para vivência prática aliada ao conteúdo ministrado em sala e desenvolvimento de aspectos relevantes quanto ao raciocínio processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA

Mantido pelo Centro de Ensino MSB

Credenciada pela Portaria 804, de 27/07/1998 – Publicada D.O.U. 29/07/1998

Direito/ Letras/Extensão/Pós-Graduação/MBA

CESV

• **CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA** •

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. 16 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2018. vol. 1. Biblioteca VirtualTHEODODO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 54^a. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito Processual Civil Contemporâneo – Teoria Geral do Processo. 7^a ed. Saraiva São Paulo. 2020. **(livrotexto)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABELHA, Marcelo. Manual de direito processual civil. 6^a ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense. 2017. Bueno, Cassio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. 3^a ed. São Paulo: Saraiva. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. **Código de processo civil**, Brasil, 2015, Processo civil, legislação, Brasil.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. v. 1.

19. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria geral do novo processo civil. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil, volume 1: teoria do processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

CENTRO DE ENSINO MSB

CNPJ 51.983.272/0001-90

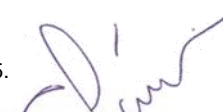
Curso de Direito – Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 2.374, de 05/07/2005, D.O.U. de 07/07/2005.

Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 225, Ed. Tucumã

Praia do Suá – Vitória – ES – CEP 29.150-052

Tel.: 027 – 3041-111

Home page: www.cesv.br



Cláudio R. Barros
Diretor Geral
OAB-MG: 183.969
CRA - 4.200